

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, presidida por Sílvia Soares, com a presença do Primeiro Secretário Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão pela Senhora Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

-----Seguidamente, pela Presidente da Mesa foram anunciados os pedidos de substituição apresentados por Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU, e Rita Simone Domingues Grandinho, eleita pela lista “Independentes Por Fafe”. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Por Aníbal de Oliveira Marinho da Cruz, eleito pela lista “Independentes Por Fafe”, foi solicitado o cancelamento da efetividade do pedido de suspensão apresentado na última sessão, que por motivos que a tal o obrigavam deixarem de se verificar. Colocado a votação, foi aprovado, por unanimidade. -----

Tomaram assento na Assembleia os elementos após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de cinquenta e quatro membros.-----

Atendendo à ausência da Segunda Secretária, a Presidente da Mesa convidou Rogério Rodrigues, para desempenhar de Segundo Secretário.-----

Deu-se início à sessão, dando continuidade à ordem de trabalhos. **Ponto dois ponto três - Discussão e Votação do Mapa de Pessoal de 2012.**-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o Mapa de Pessoal, salientando que, em relação ao ano anterior tinha havido uma redução de pessoal e, consecutivamente, uma redução dos encargos com o pessoal.-----

-----Tomou a palavra **José Ribeiro Cardoso**, do grupo do CDS-PP, para solicitar esclarecimentos sobre o critério base utilizado para a redução de pessoal. -----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que tinha havido uma redução de lugares vagos, resultado de um maior

número de saídas, com as aposentações, em detrimento das admissões de pessoal.-----

Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação, **sendo aprovado, por maioria, com um voto contra.** -----

Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto quatro - *Discussão e votação da Proposta de Alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais.*** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que a alteração consistia na eliminação de um artigo e na redução de taxas de ocupação da via pública. Esclareceu que durante o ano em curso tinham verificado que as taxas aprovadas eram excessivas. Nesses termos, estavam a propor uma redução quer para esplanadas quer para efeitos de ocupação da via pública para efeito de obras. -----

-----De seguida, usou da palavra **Fernando Alves**, eleito pelos IPF, que iniciou a sua intervenção mencionando que qualquer iniciativa que visasse a diminuição de encargos com os empresários teria o apoio dos IPF. Afirmou, no entanto, que a Câmara poderia ter ido mais longe, salientando que, no âmbito iniciativa “Licenciamento Zero” havia algumas taxas que iriam desaparecer no primeiro semestre de dois mil e doze. Nesses termos, a Câmara poderia ter antecipado a anulação dessas taxas. -----

Terminou a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre a alteração da redação do n.º 4 do artigo vinte e seis, relativo à ocupação do solo com gruas fixas ou móveis. Afirmou que feitas as contas, tinha havido um aumento e não uma redução de taxas.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que a alteração visava reduzir a fração, explicando que a fração tinha diminuído de trinta para quinze dias, assim como o valor que também tinha diminuído. -----

Porém, atendendo à dúvida suscitada pela leitura do texto do artigo, mencionou que se houvesse a necessidade de retocar o corpo do texto, traria a alteração da redação, no caso de não se aplicar a forma como tinha explicado. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade.** -----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto cinco - *Discussão e Votação da Proposta de Alteração do Regulamento sobre o***

Licenciamento de Actividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro. Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que a proposta resultava da transferência das competências dos Governos Cívicos que transitavam para a Câmara. -----

-----De seguida, tomou a palavra **José Ribeiro Cardoso** para emitir a sua opinião de felicidade pela extinção dos Governos Cívicos. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade.** -----

-----Posteriormente, passou-se ao **ponto dois ponto seis - Discussão e Votação da Proposta de Alteração do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que era uma precisão do Protocolo existente com as Juntas de Freguesia para permitir que as Juntas pudessem fazer o que costumavam fazer, ou seja, dar os nomes às ruas na freguesia. -----

-----De seguida, interveio **Miguel Summavielle**, para questionar se isso não era já efetuado pelas Juntas. -----

-----Posteriormente tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei** para mencionar que não concordava com o último parágrafo da proposta, mencionando que com a manutenção desse parágrafo, os Presidentes de Junta deveriam votar contra, mencionando que ele o faria.--

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe**, para mencionar que a competência em debate tinha sido delegada a todas as Juntas de Freguesia excepto à Junta de Freguesia de Fafe, mencionando que se a Junta de Freguesia de Fafe continuasse sem a competência constante da proposta, poderia aprovar a proposta em solidariedade com o restantes Presidentes de Junta. -----

-----Depois de ler as competências atribuídas às Juntas de Freguesia, o **Presidente da Câmara** mencionou que as Juntas apenas poderiam atribuir a designação de caminhos paroquiais ou vicinais que eram da sua competência. Mencionou que, no caso em concreto, estavam a falar de caminhos e estradas

municipais, que eram da competência da Câmara e onde a Câmara lhes poderia permitir ou delegar essa competência. -----

Mencionou que caso os Presidentes de Junta não pretendessem essa competência, a Câmara retiraria a proposta.-----

Atendendo às dúvidas suscitadas sobre assunto o Presidente da Câmara propôs que a proposta fosse retirada. Nesses termos, foi, **aprovado, por unanimidade, retirar a presente proposta da Ordem de Trabalhos.** -----

-----De seguida, passou-se ao ponto **dois ponto sete - *Discussão e Votação da Minuta do Contrato-Promessa de compra e venda de bens futuros sob condição resolutiva – Parcelas de terreno e edifícios do Domínio Público Ferroviário existentes na circunscrição administrativa do Município de Fafe.*** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar os termos do contrato. -----

Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.** -----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto oito - *Discussão e votação da Proposta de Alteração ao Contrato de Concessão de Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Concelho de Fafe.*** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o presente ponto nos termos dos documentos distribuídos. -----

Salientou o interesse da aprovação do presente ponto para a aplicação do contrato no início do ano de dois mil e doze. Quanto ao parecer do regulador, afirmou que ainda não tinha chegado à Câmara, informando ainda que o mesmo não era vinculativo. Afirmou, no entanto, que se o parecer contivesse informação que fosse pertinente modificar o fariam e trariam à assembleia as eventuais alterações. -----

Mencionou que a negociação tinha sido equilibrada e que tinham feito tudo no sentido de não aumentar de forma drástica o preço da água, salientando que tudo apontava que, a breve prazo, fosse definida uma política da água no sentido de que os Municípios venham a praticar os preços impostos pelo Estado. -----

Referiu que o preço de água aplicado em Fafe era dos mais baixos no país.

Afirmou que dentro dos condicionalismos que tinham nesta matéria tinham procurado acautelar ao máximo possível. -----

-----Seguidamente, interveio **Arlindo Gil Gonçalves**, eleito pelo PS, para dar os parabéns à Câmara pelo trabalho que estava a executar na cidade e nas freguesias ao nível da colocação dos marcos de água, algo que era raro ver noutras terras. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre os casos em que ocorriam percas de água, em casos de incêndios, quem pagava essa água.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, que começou por fazer uma pequena análise, salientando que num consumo de vinte metros cúbicos de água havia um acréscimo de custo de oitenta e três por cento, solicitando esclarecimentos sobre se a intenção era a de aproximar os custos da água ao custo efetivo do serviço.-----

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o facto de, nas tarifas fixas, haver uma discrepância muito grande para os utilizadores domésticos entre aquilo que eram os contadores. Mencionou que a determinação da taxa a pagar era efetuada em função do diâmetro do contador, verificando a existência de uma discrepância muito grande a partir do diâmetro até vinte e cinco milímetros. Nesses termos, solicitou a confirmação se esse não correspondia ao tradicional contador doméstico, obtendo a confirmação da Senhora Vereadora. -----

Demonstrou a sua preocupação com a extinção da taxa reduzida para as coletividades, mencionando que fazia sentido manter as coletividades, equiparando-as ao consumidor doméstico com um escalão mais reduzido.-----

Perguntou, ainda, qual era o custo que a Indáqua pagava às Águas do Noroeste do metro cúbico de água tratada, no sentido de perceberem a fatura que o município iria pagar por esta renegociação. -----

Terminou alertando para duas questões incluídas no tarifário que eram novas, concretamente, o pagamento à Indáqua pela emissão de parecer resultante da análise de projetos de obras particulares, assim como o pagamento de cinquenta euros por cada vistoria. -----

Lembrou que no passado havia uma dificuldade na obtenção de informação precisa acerca das pressões fornecidas pela Indáqua num determinado ponto da cidade. Mencionou que nesses termos a Indáqua deveria ser obrigada a assumir a pressão de fornecimento para que o projetista pudesse calcular a rede. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe** para solicitar esclarecimento sobre se existia uma contemplação para as juntas de freguesia uma vez que prestavam um serviço público à sociedade.----

-----Foi dada a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que a água dos marcos de incêndio, que anteriormente era suportada pela Câmara, iria passar para a responsabilidade da Indáqua.-----

Quanto aos bebedouros, afirmou que toda a água deveria ser paga. -----

Referiu que as juntas de freguesias estavam incluídas no preço aplicado às autarquias, que era ligeiramente inferior. -----

Afirmou que cada vez mais se caminhava para a política do utilizador /pagador.

Sobre as coletividades mencionou que tinham chegado a ao entendimento de que não deveria ser criado um escalão próprio porque também não havia muitos utilizadores nas coletividades, mencionando que, no geral, as coletividades com maiores consumos tinham alternativa de furos ou poços. -----

-----Seguidamente, foi dada a palavra à **Senhora Vereadora, Helena Lemos**, que começou por informar que relativamente ao acréscimo do valor do custo de água variava em função do tipo de cliente-----

Quanto às coletividades, mencionou que havia um acréscimo do custo da água, no entanto, tinha havido uma redução do valor do diâmetro cobrado do contador. -----

Quanto a taxas e tarifas mencionou que todo o serviço tinha que ser cobrado e que isso iria responsabilizar mais as entidades envolvidas nos respetivos serviços prestados. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Câmara** para informar que, aquando do início da negociação a Indáqua tinha sugerido que a Câmara renunciasse à renda das infraestruturas, esclarecendo que a Câmara entendeu dar parte dessa renda para amortecer o tarifário, com o intuito do impacto da tarifa fosse menor. -----

Explicou os contornos da negociação com a Indáqua. -----

-----De seguida usou da palavra **Raul Cunha** para dizer que os Membros da Assembleia e os Presidentes de Junta poderiam sentir-se confortáveis para votar a presente proposta, porque embora nunca fosse agradável falar de aumentos dos custos da água, o que estavam a falar era da aplicação de uma

boa prática recomendada pelos reguladores que era o princípio do utilizador/pagador. -----

Mencionou que com o presente contrato se tinha tentado passar o custo para o utilizador com duas salvaguardas que consideravam importantes, por um lado diferir a passagem desse custo para o utilizador durante os quatro anos e por outro dar a possibilidade de ligação de uma habitação que não estivesse ligada à rede de água pública, o fizesse sem custos. -----

-----Seguidamente, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe** para mencionar que talvez o Presidente da Câmara não tivesse percebido o que ele tinha dito, esclarecendo que, quando se referiam ao diâmetro, isso não era mais do que o aumento ou redução de caudal. -----

Esclareceu que os custos de um bebedouro equivaliam a uma luz de presença, ou seja, não se podia pagar uma fortuna pela pequena quantidade de água que se gastava. -----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para mencionar que os bebedouros tinham consumos marginais e que só se houvesse uma avaria do bebedouro os valores aumentariam. Afirmou que não poderia pedir à Indáqua que suportasse o custo dessa água. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com 8 abstenções**. -----

-----Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto nove - Discussão e Votação da Proposta de Regulamento do Serviço de Distribuição de Água ao concelho de Fafe**. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o presente ponto, mencionando que o documento decorria da lei, ou seja, a adaptação do regulamento que existia à alteração do contrato e respectiva atualização da lei.

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle** fazer algumas observações ao documento, concretamente ao teor dos artigos quinto, dezasseis, vinte e três, vinte e oito e vinte e nove, afirmando que as faria chegar por escrito, mencionando, no entanto, que havia questões que deveriam ser melhoradas.---

-----Seguidamente tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para mencionar que provavelmente seria uma questão de interpretação. Mencionou que sobre a questão das habitações que pudessem estar desocupadas, o princípio era de que quando era emitida a licença de utilização era obrigatória a

ligação à rede. Se o utente desocupasse, ou não pretendesse a ligação, poderia solicitar a desligação e quando pretendesse poderia solicitar nova ligação. -----

Quanto às restantes questões a Senhora Vereadora iria verificar e se fosse necessário alterariam. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com 7 abstenções.** -----

-----De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto dez - Designação de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Fafe.** -----

-----Tomou a palavra a **Presidente da Mesa** para propor que a votação não fosse efetuada por escrutínio secreto de forma a agilizar os trabalhos, não obtendo a concordância da Assembleia. -----

Nesses termos, passou a apresentar as propostas que tinham dado entrada na Mesa: uma proposta apresentada pelo PS que indicava Carminda Maria Teixeira Silva Marques, sendo designada por **Lista A**; a segunda proposta, apresentada pela lista Independentes Por Fafe, que indicava Artur Filipe Brandão Campos Antunes Aguiar, foi designada por **Lista B.** -----

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, obtendo-se o seguinte resultado: **Lista A – 32 votos; Lista B – 14 votos; Branco – 5; Nulos – 2.** Nestes termos, foi designada **Carminda Maria Teixeira da Silva Marques.** -----

-----Passou-se ao ponto **dois ponto onze – Aprovação da Lista de Juizes Sociais, nos termos do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho.** -----

-----Tomou a palavra a **Presidente da Mesa** para apelar a que, se houvesse consenso, fossem indicados quatro elementos da Assembleia para integrar a lista de Juizes Sociais, alertando para a urgência do assunto. -----

Não tendo reunido consenso sobre a matéria em discussão, foi **adiada a votação para sessão de Fevereiro.** -----

-----Passou-se ao ponto **dois ponto doze - Proposta apresentada pela CDU, de criação de uma comissão de acompanhamento da situação do atual hospital e construção do novo hospital.** -----

-----Pela **Presidente da Mesa** foi lida a proposta de criação de uma comissão de acompanhamento da situação que, reforçando a ação desenvolvida pela Câmara, quer na defesa das valências do serviço atual, quer

na concretização do prometido novo Hospital, solicitasse uma audiência ao Sr. Ministro da Saúde, no sentido de expor as necessidades da região e recolher junto do mesmo um ponto de situação e perspectivas realistas quanto à viabilidade da construção do novo Hospital. -----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **José Manuel Batista**, do Grupo do PSD, para mencionar que a responsabilidade do assunto do hospital era da Câmara. Afirmou que, de qualquer forma, não se iriam opor à criação de uma comissão de acompanhamento da situação, ressaltando sempre que a responsabilidade era da Câmara. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para dizer que atendendo à informação prestada pelo Presidente da Câmara sobre o assunto, entendia que a Assembleia deveria confiar na Câmara Municipal para levar a cabo as conversações sobre a construção do novo hospital e o assunto da urgência básica na unidade de Fafe do Centro Hospitalar do Alto Ave. -----

Terminou afirmando que o Partido Socialista ia votar contra porque entendia que não era eficaz, porque já existia uma audiência agendada com representantes do Ministério da Saúde e o Presidente da Câmara, e não fazia sentido a Assembleia solicitar outra audiência com o Senhor Ministro da Saúde. Mencionou ainda que a Assembleia Municipal devia confiar na Câmara para levar a bom porto essas conversações. -----

-----De seguida, usou da palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para esclarecer que a proposta não mencionava que a Assembleia não confiava no trabalho da Câmara, mas sim para reforçar o trabalho da Câmara. -----

Sobre a construção do novo hospital, mencionou que o Senhor Ministro, em resposta a um deputado, tinha afirmado que a Câmara de Fafe não tinha terreno para a construção, tendo posteriormente desdito o que tinha afirmado e afirmado que não havia dinheiro. -----

Esclareceu que o objectivo da proposta era reforçar o papel e serviço do Presidente da Câmara. Afirmou que não estavam a por em dúvida a Câmara ou o Presidente da Câmara. -----

-----Posteriormente usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para mencionar que concordava com Raul Rebelo. Mencionou que tinham a convicção firme de que o Presidente da Câmara lutaria pelas urgências do hospital de Fafe, assim como pela construção do novo hospital. -----

Nesses moldes o CDS não iria votar favoravelmente a presente proposta. -----
Terminou salientando que o serviço básico era fundamental para as populações. -----

-----De seguida, interveio **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para mencionar que o presente assunto foi debatido na Assembleia durante os últimos seis anos. Lembrou uma proposta para a realização de uma sessão extraordinária para discussão do assunto, que tinha sido chumbada pela maioria socialista. Lembrou, ainda, que aquando da notícia do encerramento das urgências o Presidente da Câmara tinha concordado com o encerramento, afirmação que tinha sido pública.-----

Mencionou que tinha sido com base em muita luta e em tornar públicas algumas situações que se tinha conseguido fazer a pressão suficiente para que o Presidente da Câmara tenha efetuado uma inflexão no seu pensamento, e tenha começado a exercer a sua influência para que Fafe tivesse um serviço básico de saúde. Afirmou no entanto que isso não queria dizer que tudo estivesse bem, lembrando as afirmações do Presidente da Câmara no sentido de que “não havia problema porque se ia construir um hospital novo”. -----

Referiu, ainda, que não havia dúvidas de que, atendendo à conjuntura económico-financeira que o País atravessava, não iria ser construído um hospital novo, lembrado o tempo que levou para a construção do hospital de Braga. -----

Mencionou que diariamente se verificava o esvaziamento das funções e das valências do hospital de Fafe com prejuízo para a população fafense. -----

Terminou afirmando que iriam votar favoravelmente à proposta, mencionado que tudo o pudesse contribuir para aumentar a pressão, para que se debatessem mais as coisas, para que se envolvesse mais gente nestas questões era favorável, não conseguindo perceber o motivo do partido socialista votar contra. -----

Terminou afirmando que a posição dos Independentes Por Fafe era, como sempre, primar e pugnar pela discussão das coisas, uma vez que o que os trazia à Assembleia era a defesa dos direitos dos concidadãos, mencionando que às vezes parecia que alguns se esqueciam disso. -----

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta de Fafe**, para fazer uma síntese do assunto, referindo que havia precipitação. Mencionou, ainda, que confiava no Presidente da Câmara e que não confiava era no Governo. -----

Afirmou que havia elementos da Assembleia que podiam intervir junto do Governo no sentido de intervir para que fosse construído o hospital de Fafe.-----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que começou por mencionar que o processo do hospital tinha sido um processo em que tinham vencido talvez pela forma como reconduziram as coisas, porque se a Câmara tivesse optado por outro comportamento, provavelmente tinha perdido. Mencionou que não pretendia ter mérito de ter conseguido o resultado que conseguiu, mencionado que provavelmente tinha sido também fruto das circunstâncias, explicando o que se tinha passado. Mencionou que não via motivo para alterar os métodos utilizados no passado. Voltou a referenciar as informações prestadas no dia dezasseis sobre o assunto. -----

Manifestou concordância relativamente à probabilidade do projeto do hospital vir a sofrer uma prorrogação atendendo à actual situação financeira. -----

Mencionou que se houvesse necessidade de se juntarem na defesa do interesse do município, o faria como o tinha feito no passado. -----

Afirmou que não era verdade que alguma vez tenha efetuado declarações de aceitação do encerramento das urgências do hospital de Fafe, embora isso também lhe tenha sido atribuído. -----

Afirmou que esperava que a informação que tinha prestado tranquilizasse os Membros da Assembleia, no entanto, daquilo que fosse deliberado sobre a presente proposta mencionou que deveriam em primeiro lugar ter uma informação segura e credível do Ministério para posteriormente tomarem as medidas adequadas para aquilo que viesse a ser a posição que por ventura não acautelasse os interesses dos fafenses. -----

Referiu que era prematuro fazer qualquer bandeira política, ou debate político sem que tivessem uma informação clara de uma decisão que pudesse afetar os fafenses. -----

-----Tomou a palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para mencionar que acreditava que o projeto ficasse pronto até ao início do ano seguinte, salientando, no entanto, que não podiam esquecer que o hospital de

Guimarães quando foi construído o projeto tinha vinte anos, daí que o hospital estivesse desatualizado, assim como o de Braga que esteve trinta anos para ser construído. -----

Terminou mencionando que uma coisa era ter o projeto e outra era ver o projeto ser executado. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **rejeitada, por maioria, com 33 votos contra e 13 a favor.** -----

-----Terminado o período da ordem do dia, tomou a palavra a **Presidente da Mesa** para dar a palavra ao público. Não havendo intervenções perguntou se havia alguém pretendesse fazer alguma observação ou alteração à ata da sessão anterior. Não havendo, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

Por fim, procedeu-se à leitura da minuta das atas da sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero horas e quarenta e cinco minutos-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---